

Os famosos todos nós: Uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno-urbano

Manuela Blanc

Professora da UVV

Recebido em: 15/08/2014

Aprovado em: 01/02/2016

Este artigo visa a refletir sobre a experiência humana em meio urbano por meio da análise de comportamentos em lugares públicos marcados pela proeminência de uma cultura subjetiva. Com o método da observação flutuante de inspiração etnográfica, destacam-se os comportamentos públicos apresentados por cidadãos pequeno-urbanos, bem como os sentidos que os efetivam. Observa-se como a situação de ordinariade do ser (ou condição de anonimato, mesmo que relativo) pode ser superada nesses espaços por estratégias de circulação e de exposição pública. O artigo busca remontar a complexidade das formas de vida pública em suas diferentes dimensões.

Palavras-chave: ordinariade/anonimato, notoriedade, alta pessoalidade, pequeno-urbano, conduta pública

The article **The Famous All of Us: A Proposal of Analysis of the Urban Experience in the Small-Urban** aims to reflect on the human experience in urban environment through the analysis of behavior in public places marked by the preeminence of a subjective culture. Through a floating observation inspired in an ethnographic method the public behaviors presented by small-urban city dwellers was identified as well as the meanings that actualize them. It is noted how the situation of ordinarieness of being (or condition of anonymity, even if relative) can be overcome in these spaces by high personhood movement strategies and public exposure. The article seeks to trace the complexity of the forms of public life in its different dimensions.

Keywords: ordinarieness/anonymity, notoriety, high personhood, small-urban, public conduct

Apresentação¹

A experiência humana em meio urbano é aqui destacada para pensar a cidade como contexto de estabelecimento de formas de sociação. Desde a publicação de *A metrópole e a vida mental*², por George Simmel, as questões em torno das consequências cognitivas da vida na cidade para os seus habitantes remetem a muito mais que simples contraposições entre escalas socioespaciais. A reserva sustentada por uma atitude blasé e a sensação de liberdade garantida pelo anonimato, analisados pelo autor, são construções arquetípicas que remetem ao caráter relacional com que subjetividade e objetividade podem se compor em diferentes condições de sociação. A sociabilidade urbana é assim apresentada como uma forma social arquetípica, marcada por uma determinada conjugação entre as relações recíprocas estabelecidas pelos atores em copresença e os conteúdos objetivados que inferem sobre a definição dos *quadros da experiência social*³.

Este artigo parte de dados coletados por meio da participação observante, *flutuante* e de inspiração etnográfica para compreender os processos de constituição de formas sociais em um contexto marcado pela proeminência de uma cultura subjetiva. Objetiva-se, sobretudo, repensar a relação entre a situação de ordinariedade do ser (ou condição de anonimato, mesmo que relativo⁴) e a mobilidade entre mundos sociais.

A pequena cidade, finalmente, representa neste exercício a fronteira de experimentação analítica de entendimento da relação entre a velocidade dos fluxos e das circulações e a constituição de comportamentos em lugares públicos. O objeto desta digressão, portanto, é o próprio processo de interação nos espaços públicos, encontrando no contexto selecionado um rico ambiente de observação. A seleção desse cenário visa ressaltar proximidades, mais do que oposições, chamando atenção para os diferentes níveis de subjetivação e objetivação, bem como para a combinação destes, no que se refere aos referenciais de conduta assumidos pelos atores em seus contextos de socialização.

Aperibé é uma cidade situada na região Noroeste do estado do Rio de Janeiro e, segundo o Censo de 2010, agrega 10.213 habitantes em seus 94,636 km². Considerada a sua inserção em uma rede urbana ou regional, o município localiza-se a 90 km de distância das cidades que poderiam ser classificadas como os *centros locais*⁵⁻⁶ mais próximos e a 270 km da capital do estado, não apresentando centralidade no que se refere à distribuição de bens e oferta de serviços em termos regionais. Ao mesmo tempo, classificá-la como uma *cidade local*⁷ seria subvalorizar a oferta de equipamentos e serviços que disponibiliza aos seus habitantes e mesmo aos moradores dos distritos⁸ de outras cidades próximas, o que nos sugere o seu papel de *cidade sub-regional*⁹.

O termo cidade pequena, escolhido segundo os objetivos que aqui nos interessam, é alvo de críticas por remeter “à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade” (FRESCA, 2010, p. 76). Por outro lado, as alternativas categóricas acima remontadas se adequam menos aos objetivos estabelecidos para esse estudo do que o exercício metodológico que o problemático termo propõe. O espaço de observação é uma cidade pequena, no sentido estrito do termo, e a posição que ocupa na rede funcional da região só interessa em termos das práticas de sociabilidade nele identificadas, e a sua possível extensão, para além das suas fronteiras.

Prosseguindo com a descrição do município, 94,3% dos domicílios permanentes estão concentrados em apenas 20% do território correspondente à sua área total. As principais atividades econômicas correspondem ao setor de serviços e da indústria (IBGE, 2010a, 2010b) e esse núcleo urbano não apenas concentra os estabelecimentos comerciais, de lazer, de saúde ou de administração pública: é exclusivamente a área em que se oferecem tais serviços. Nos termos que aqui nos interessam, constitui-se como um contexto urbano, seja no que se refere à organização socioespacial da sua população ou à organização da sua produção¹⁰.

Quanto ao modo de vida, ou ao caráter desse contexto cognitivo, esse é o foco analítico deste artigo, que tem por objetivo dialogar com os próprios referenciais classicamente utilizados para tanto. Partamos desse ponto para considerar, por consequência analítica, a pressuposição de que tal contexto corresponde a um caso extremo em relação à metrópole analisada por Simmel quanto à velocidade dos fluxos e à intensidade dos estímulos cognitivos.

Interessa destacar que quase 70% da população desta cidade é nativa. Considerados todos os seus moradores nascidos no estado do Rio de Janeiro¹¹, esse contingente atinge 97% da população total. O conhecimento mútuo entremeia as trajetórias individuais e incide sobre a definição dos modos de vida públicos. Chegamos então à circulação como forma de sociabilidade, na qual as relações face a face se mesclam com a própria condição de copresença quase ininterrupta. Nesse contexto, o ver e o ser visto é parte de um ritual de interação que é público, mas no qual tudo e todos são passíveis de discriminação.

Os dados utilizados partem de exercícios de observação flutuante (PÉTONNET, 2009), senão de participação observante, segundo diferentes fases da trajetória individual da própria pesquisadora. Criada na localidade até os dezessete anos de idade, foi mantida desde então uma prática de retorno e permanência na localidade mais ou menos frequente em diferentes fases de formação universitária até que algumas das questões aqui apresentadas foram se tornando cada vez mais objeto de atenção e análise. Nesse sentido, o exercício de “observação do familiar” (VELHO, 1987) como atitude metodológica e epistemológica foi parte de sua formação como pesquisadora, sendo a principal fonte dos dados aqui utilizada, coletada por meio de relações de proximidade com o contexto e seus moradores e, nos últimos quatro anos, de modo mais cada vez mais sistemático.

Entre praças e ruas: a circulação urbana como forma de sociabilidade

Parte-se da análise de um fenômeno observado na pequena cidade de Aperibé, envolvendo a realização de uma obra pública em uma das principais vias de circulação e os efeitos provocados por tal intervenção sobre as formas de sociabilidade e lazer observáveis em seu espaço público. Esses dados permitem inferir sobre tendências mais gerais em termos de mobilidade e comportamento em lugares públicos no contexto analisado.

Principal, senão exclusiva área de lazer noturno do local até o início da última década, a antiga praça está localizada no final de uma das principais ruas do centro da cidade, prolongamento das três vias de acesso ao município, desde a Estrada RJ 116, que atravessa ambas as cidades vizinhas – Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Corresponde atualmente a uma área de

aproximadamente mil metros quadrados, incluindo a velha e desativada estação de trem, e é o símbolo material de um modo de vida e sociabilidade que se diferenciou desde o fechamento de uma das ruas que a ladeiam para a criação de um calçadão comercial.

Na praça principal se localiza uma pizzaria, um trailer que comercializa sanduíches, um bar – todos abertos a partir do final da tarde – e um bar-pizzaria que, mais recentemente, também oferece serviço de *self-service* no horário do almoço – e que fica aberto desde o período da manhã. Todos esses estabelecimentos comerciais existem em média há vinte anos, tendo o último sido fundado há aproximadamente trinta anos. Todos ocupavam imóveis próprios, incluindo o trailer, cuja transformação em quiosque contou com a autorização do governo municipal. Igualmente, desde a sua fundação, esses espaços comerciais não haviam apresentado mudanças em sua administração¹². Apenas recentemente, em meados de 2014, o ponto comercial do bar fora alugado para novos investidores, que o reinauguraram, mantendo-o com a mesma vocação comercial. No mais, esses são alguns dos pontos comerciais mais estáveis da cidade, sobretudo entre aqueles que oferecem serviços de lazer.

Tendo como foco o contexto e o caso da praça, destaca-se um espaço de observação caracterizado pela circulação como forma de sociabilidade urbana e que tem na exposição pública o *modus operandi* da interação no espaço público. E que tem na praça o ponto geográfico historicamente efetivado¹³ como referencial ao seu percurso, inquestionável, nesse sentido, ao menos até meados dos anos 2000.

Dar uma voltinha na rua é uma expressão nativa que remete à sociabilidade noturna e condensa duas ações: o passar e o ficar, e que é sinônimo de proveito do tempo livre de uma forma geral entre seus usuários, tendo um uso recorrente para além das fronteiras do espaço de observação aqui analisado. Refere-se a uma atividade errante, um fim em si mesmo, categoria denominativa das práticas de lazer ordinárias, mas nem por isso menos elucidativa em termos dos deslocamentos mais cotidianos.

Por outro lado, como prática de deslocamento no espaço em caráter mais geral, simboliza o modo de interação no espaço público por excelência no local, chamando atenção para a constituição de tal contexto cognitivo. Pode-se dar uma voltinha em momentos de lazer, e cada deslocamento realizado durante as demais atividades do dia é capaz de produzir efeitos semelhantes, mesmo que secundários, para os habitantes do local. Por mais que o uso da expressão e a prática da voltinha estejam estreitamente ligados ao proveito do tempo livre, ou às práticas de sociabilidade noturna, os efeitos produzidos pelas circulações mais ordinárias sugerem a centralidade da própria voltinha sobre os comportamentos em lugares públicos assumidos por esses cidadãos, em caráter deliberado ou não.

Como prática de sociabilidade, a expressão sugere ausência de objetivo, de destino ou de conteúdo, remete ao nada ao mesmo tempo em que a tudo corresponde, inclusive à fixação. Dar uma volta é *ver no que vai dar*, hábito que insere tais atores em uma ampla sequência de situações.

A dinâmica de sociabilidade e circulação caracterizada pelo hábito de dar uma voltinha se expressa na linguagem nativa temporalmente, refletindo variações da prática segundo grupos¹⁴, dias da semana, períodos do ano e horários. Seu uso remete também a referenciais compartilhados e relativamente estáveis em termos espaciais: esse *percurso* apresenta regularidade, envolvendo pontos específicos do mapa urbano, senão *circuitos*¹⁵ propriamente ditos. Da mesma forma, tal variabilidade é correspondente a uma lógica segundo a qual o fazer-se ver se direciona para olhares determinados, de acordo com os atores e seus públicos, os usos que estes fazem do próprio espaço de uma forma geral, além da dinâmica de eventos sociais em operação. Ao mesmo tempo, dar uma voltinha na rua, diferentemente da voltinha passível de ser dada no contexto de uma festa, de um show ou mesmo no interior de uma boate, remete a um ponto de referência específico. Não se está falando de uma rua qualquer, mas de dada rua e de determinado ponto dela, por mais que seus efeitos possam ser sentidos no ato da circulação em si, independente do percurso realizado.

A *rua* corresponde ao espaço de sociabilidade socialmente efetivado em dado período histórico, referencial que extrapola os diferentes grupos de pares, assumindo tal centralidade justamente por ser amplamente efetivado. *Ir à rua*, em Aperibé, seja para os aperibenses ou para os seus visitantes mais ou menos regulares, fora, até o fechamento de uma rua específica, correspondeu a *passar por* um determinado local público da cidade, não sendo necessárias maiores especificações para uma garantia de encontro entre amigos. Por outro lado, esse referencial manteve-se espacialmente fixo durante décadas, o que tornou a sua redefinição repentina um fenômeno digno de atenção e que é elucidativo quanto aos comportamentos públicos que a praça simboliza espacialmente. A *rua* fora, até então, a própria praça, sinônimo de exposição pública, circulação e copresença. A expressão, que remete à circulação, contraposta ao seu significado, que remete a um referencial espacial fixo, revela, portanto, como a circulação é a própria forma de sociabilidade. Cabe refletir sobre o seu conteúdo.

A praça e seu entorno se mantiveram como importante centro de oferta de serviços públicos e privados, comércio e sociabilidade da localidade desde a instalação da estação de trem, no final do século XIX, momento histórico que marca o início do processo de urbanização da área, tornada distrito do município de Santo Antônio de Pádua por deliberação estadual em 1891 (IBGE, 2010c). Após a emancipação administrativa da localidade em 1993, diferentes reformas foram realizadas na praça, incluindo a sua ampliação, já em meados da década de noventa. A sua organização espacial manteve-se

caracterizada por espaços amplos, pouco arborizados e rodeados pelos referidos estabelecimentos de lazer em três de suas laterais, duas delas cortadas por ruas – as demais sendo parte do quarteirão cuja esquina a praça ocupa. Essas vias de circulação compunham conjuntamente a tal “rua” da voltinha, apresentando um tráfego mais intenso nas vias abertas a circulação de veículos automotivos, mesmo entre os pedestres.

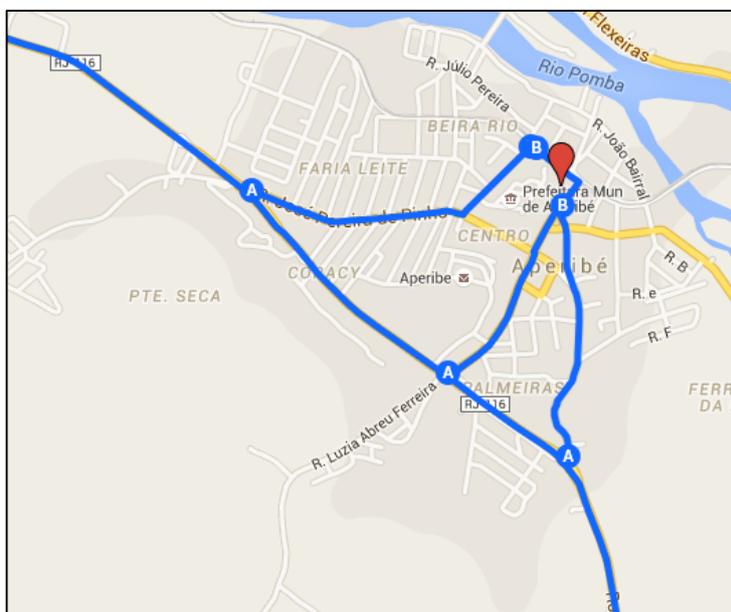
Apesar da depreciação e da falência do Clube Social¹⁶, localizado a poucos metros de distância, a praça se manteve como ponto de referência a um percurso de sociabilidade pública intensificada no (porém não exclusiva ao) período noturno, o *dar uma voltinha na rua* implicando dois movimentos complementares de circulação: aquele passível de ser realizado a pé (entre os que fazem da prática um fim em si mesmo) e outro realizado em veículos motorizados (segundo o qual dar volta na praça parte de um percurso de *volta na rua*, podendo se estender até as cidades vizinhas). A questão é que ambas as expressões mantiveram até então uma equivalência de sentido, dado que a praça correspondia à *rua* como ponto de referência de circulação. Uma atividade, portanto, mantinha-se estreitamente relacionada à outra, mesmo que o modo de realização do trajeto pudesse corresponder a diferentes tipos de inserção nesse contexto de sociabilidade e por menos frequente que pudesse ser tal hábito para determinados grupos de atores.

A praça está localizada no final de uma das ruas principais do centro da cidade, mas não é caminho obrigatório em direção a nenhum de seus pontos. Por mais que possa se apresentar como o trajeto mais curto em certos casos, também se trata do mais movimentado e, portanto, que apresenta mais obstáculos à circulação. Fica próxima às áreas residenciais, na extremidade do centro comercial, mas é apenas um de seus acessos possíveis, senão o menos pragmático deles, dependendo da origem do trajeto. Porém, enquanto se manteve como ponto de convergência entre os atores em circulação, sejam eles nativos ou transeuntes de cidades vizinhas, jovens em busca de diversão ou idosos em seu retorno da igreja¹⁷, resistiu bravamente como o principal senão único espaço público de sociabilidade e lazer da cidade.

Aquele que possui (ou pode fazer uso de) um veículo automotivo tem um acesso diferenciado ao espaço urbano, tanto em termos objetivos, como em termos subjetivos. Este bem lhe permite transpor as fronteiras municipais de circulação¹⁸, bem como participa da construção da sua *fachada*¹⁹ perante os demais. Por outro lado, é a via de circulação automotiva o referencial, por excelência, do posicionamento dos atores em cena, o que torna os pilotos personagens centrais nesse ritual de exposição mútua, assim como aos atores mais próximos das calçadas. Desse modo, a área central da praça se mantém subutilizada, sobretudo em comparação com as suas extremidades.

O hábito de dar uma voltinha se estende intermunicipalmente, bem como as práticas e as ofertas de lazer disponíveis. Inclui a circulação entre as cidades situadas no meio do trajeto entre o local de moradia e o ponto de chegada previsto ou suposto. Dessa forma, *dar uma voltinha* em Pádua, para aquele que sai de Itaocara, envolve *dar uma passada* (ou mesmo *voltinha*) em Aperibé, ou vice-versa. O percurso que simboliza é um fim em si mesmo, bem como pode envolver uma trajetória aberta e passível de redefinição. Não é necessário entrar em Aperibé para seguir até a próxima cidade, mas uma voltinha desinteressada pode implicar a redefinição do destino. Passar pela praça, apesar de envolver uma total redefinição da rota, manteve-se até o início da última década como um movimento circular e, portanto, condizente com o próprio ato de dar a *volta*, assim como pode ser observado no Mapa 1.

Mapa 1 – A voltinha



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Maps

O mapa acima confere destaque às principais vias de circulação que conectam a cidade de Aperibé aos demais centros urbanos da região, segundo o percurso original da voltinha. A linha que corta a cidade perpendicularmente do canto superior esquerdo do mapa (direção de Santo Antônio de Pádua, localizada a 15 km) ao canto inferior direito (direção de Itaocara, localizada a 5 km) corresponde à Estrada RJ 116. O marcador aponta a localização da praça, na extremidade do percurso da voltinha, desviado e novamente conectado a estrada pelos três trevos de acesso à cidade (pontos A). Até a construção do calçadão, essas três vias que conectam os pontos A e B eram utilizadas de modo indiscriminado como vias de acesso à praça, como opções equivalentes para a voltinha.

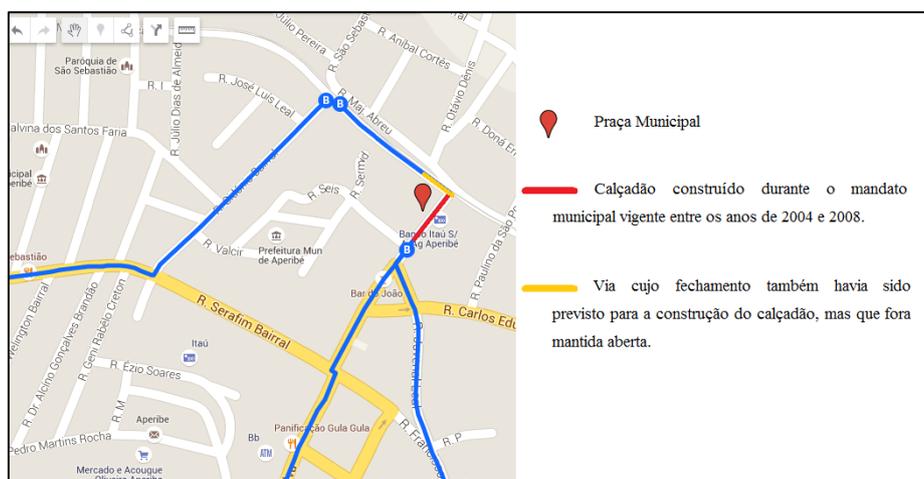
Refaçamos a voltinha a partir do seu momento áureo. Avista-se a praça e poucos são os rostos estranhos. Ou nenhum, o que depende mais da frequência do ator no espaço do que à composição dos presentes. Inicia-se uma voltinha de carro cuja velocidade é alternada de acordo com os espaços percorridos. Diante da proximidade dos estabelecimentos de lazer, o pé abandona lentamente o acelerador e se iniciam as trocas de olhares entre transeuntes: o desafio é manter o equilíbrio entre a embreagem e o freio. Vê-se muita gente, fica a sensação de que se viu alguém, talvez a vontade de se exhibir mais um pouco: a *galera* está aí! Mais uma esticadinha bem leve e, sim, ao passar o local, se retoma a aceleração com maior ou menor ímpeto, de acordo com o quanto ou como se deseja chamar a atenção.

Mais uma voltinha, mais uma semiparadinha, só que agora com um ar mais *blasé*. Estabelece-se uma troca de olhares apenas, com um ar supostamente desinteressado... Busca-se um lugar para estacionar ou decide-se seguir em frente. Pelo menos por enquanto.

Repetir o ritual em diferentes pontos da cidade, ou mesmo das cidades vizinhas, é demarcar presença, uma estratégia de reivindicação da preservação da autonomia e individualidade da existência em si mesma, mesclando em seu percurso a circulação por espaços públicos e áreas residenciais.

Durante a administração municipal assumida entre os anos de 2004 e 2008, uma reestruturação das ruas do centro da cidade acarretou o fechamento de uma das vias laterais da praça para a criação de um calçadão comercial, interrompendo o fluxo de carros exatamente no trecho limite do percurso, em que se unem duas das vias que dão acesso à praça, no canto superior direito no mapa1. Inicialmente, a ação administrativa previa o fechamento de ambas as vias de acesso à praça, diante da impopularidade do projeto entre moradores e comerciantes da cidade, as suas obras foram interrompidas e apenas na rua transformada em calçadão a passagem de veículos automotores foi suspensa.

Mapa 2 - A intervenção



Fonte: Elaborado pela autora com o auxílio do Google Maps.

Durante o mesmo período, algumas ruas próximas a essa área foram tornadas vias de mão única, afetando sensivelmente a dinâmica de acesso à praça e os percursos possíveis à voltinha – em sentido prático aos veículos automotores e, em caráter simbólico para todos. Finalmente, passar pela praça deixa de envolver um movimento direto de entrada, de circulação e de retorno, exigindo agora um desvio ainda mais acentuado por uma área residencial, culminando com uma passagem apenas lateral no entorno do espaço público de lazer. A visibilidade daqueles que se encontram na praça é igualmente afetada. A lateral em que a praça se dispunha fora fechada na altura da rua, ficando aberta justamente aquela que apresenta um desnível de aproximadamente um metro e meio com relação à via pública.

Nesse mesmo período, um estabelecimento comercial de lazer recém-inaugurado começa a se firmar como o novo *point* da cidade. Bar, lanchonete, pizzaria e restaurante, o empreendimento permanece aberto quase 24 horas por dia. Historicamente o primeiro a romper com a centralidade da praça como espaço de concentração do fluxo de sociabilidade noturna, está situado a 800 metros do local, na via paralela à estrada. Fora posicionado de maneira estratégica em uma das vias de acesso à voltinha, mas está fora dela, propriamente dita.

O novo *point* da voltinha. Olhos atentos acompanham os carros que passam pela rua, já estamos no bar SS. A esquina, onde se localiza, favorece uma ampliação do ângulo de visão que expõe igualmente quem passa e quem se mantém parado. A sua organização espacial é uma releitura da antiga praça: cadeiras e mesas se espalham pela larga calçada coberta por um toldo alto, capaz de proteger sem encobrir. Chegar ao bar é um ritual de reconhecimento mútuo, movimento que não se esgota em si mesmo. O trajeto da frente do bar até o final da rua (passando pelos estabelecimentos vizinhos, desde a transferência da pizzaria²⁰ da praça para essa área da cidade), voltando pela rotatória ou por uma manobra que ignora as leis do trânsito, na área deserta um ponto à frente, é também parte da *deixa* que confere destaque à entrada dos atores em cena. Nesse palco a céu aberto, todos são espectadores do seu próprio espetáculo e partilham entre si os louros da fama.

O ritual de exposição pública não se encerra em um único local, importando menos quais os espaços de fixação efetivados como espaços de lazer entre grupos específicos, ou a sua concentração em determinadas áreas da cidade, do que o que a circulação representa em sentido amplo para a construção de um modo de vida compartilhado. Aquele que passa, observa e se faz ver, e a escolha dos percursos é também parte da construção dos diferentes posicionamentos. A não circulação é um ato representativo na construção das fachadas desses atores, as formas de circulação, igualmente.

O Bar SS não apenas desponta como a novidade do momento, como redireciona boa parte do fluxo de circulação e concentração na cidade. Passamos agora para a beira da rua e para uma reorganização do circuito de lazer local e regional. Se antes a praça se mantinha como o ponto de convergência da voltinha, a via pública que a conectava a Estrada e na qual agora se situa o bar assume a posição concorrente de caminho obrigatório aos atores em circulação.

Durante esse período, a praça agonizou, se equilibrando em uma das pernas, simbolizada objetivamente pela única via de circulação que se manteve aberta em seu entorno. A matriz do bar/pizzaria de esquina, por onde passava a rua agora fechada, transferiu-se para um ponto próximo àquele que então começava a prosperar. A pizzaria situada na rua que se manteve aberta, bem como o trailer instalado no local e uma nova boate tentavam a sorte por ali. Mais do que a transferência do circuito de sociabilidade de um ponto ao outro da cidade, observou-se a sua descentralização, bem como uma espécie de especialização desses pontos. Dar uma voltinha, como prática de sociabilidade noturna, já não pressupunha necessariamente circular pela praça, e não simplesmente devido à impossibilidade em fazê-lo de forma plena.

A voltinha para além da expressão

A prática de *dar uma voltinha* confere destaque para um elemento inerente a essas formas de sociabilidade. A fixação e a circulação, sequências de situações agregadas pela expressão e seu uso no contexto de observação, remetem ao ato de situar-se e que caracteriza um modo de vida. Dar uma volta é percorrer um caminho, apropriar-se de um espaço que é também imaterial, é situar-se em um contexto de sociabilidade, mostrar-se, permitir-se ser visto: expor-se. Ritual este que só faz sentido em relação com o próprio espaço, mas, sobretudo, com aqueles que compartilham essas situações sociais. Estas, por outro lado, mantêm certa continuidade, caracterizando-se como sequências de uma mesma situação, mais do que como ocasiões sociais autônomas entre si.

O agonizar da praça não fora consequente apenas à sua limitação como via pública de passagem, mas à sua limitação segundo uma prática de circulação que envolve muito mais do que simplesmente percorrer caminhos ou determinados caminhos. O que se limitou, a partir do fechamento de uma das suas ruas, foi a visibilidade que tal movimento permite e oferece, seja para quem por ela passa, seja para quem nela se encontra²¹. Tal fenômeno incidiu sobre uma modificação nos seus usos possíveis durante esse período a partir de uma lógica específica de comportamento no espaço público.

A sociabilidade noturna, como um fenômeno de circulação, é remontada nessa digressão como um exemplo entre os possíveis e que visa elucidar uma atmosfera particular ao estabelecimento de relações face a face. Tais práticas apresentarão especificidades em termos de concentração territorial e fluxos segundo temporalidades e estilos de vida. A voltinha na rua é apenas o percurso mais evidente e amplamente reconhecido, as diferentes formas que tais práticas de circulação podem assumir em diferentes situações nesse ambiente dirão respeito a práticas de sociabilidade de conteúdo mais específico ou mais restritas a determinados grupos de pessoas. Por fim, um espaço público marcado pela proeminência de uma cultura objetiva é assim definido pelo conhecimento mútuo que marca os atores em copresença, senão em profundidade, a partir das teias de relações que os conecta.

A prática evidencia que toda presença é objeto de atenção em potencial. A notoriedade de cada ator individualmente é o elemento compartilhado neste contexto, construção esta que atravessa todas as relações e as instituições sociais, finalmente inferindo sobre as sequências de situações e ao estabelecimento das relações face a face. Estamos falando da construção de uma reputação²² pública, que infere sobre a supervalorização das personalidades individuais, mas que remete aos seus pertencimentos segundo uma escala de referenciais comuns.

Os famosos todos nós herdam alguns elementos importantes na construção da sua reputação, carregam consigo a posição social ocupada por suas famílias ou cadeias de reputação. Por outro lado, podem ser reconhecidos por aquilo que demonstram individualmente e nas mais diversas instâncias da sua vida ordinária. Tudo o que pode ser, em diferentes situações do dia a dia, conjuga-se na construção da sua imagem perante os outros.

A exposição pública demonstra a sua centralidade como forma de conduta no espaço público. A atenção mútua retroalimentada por esse ritual de interação é significativa a uma forma de notoriedade (ao menos, potencialmente) generalizada. O reconhecimento entre conhecidos conterrâneos finalmente torna todo estrangeiro alvo potencial de estranhamento e, portanto, interesse. Toda situação social²³, exemplificada pela sociabilidade noturna, mas passível de ser estendida para as demais dimensões da vida ordinária, é significativa para a construção das fachadas individuais, apresentando-se, portanto, como um contínuo, senão como sequências de uma mesma situação. As fachadas individuais assumem, conseqüentemente, uma condição tão menos plural quanto maior for o exercício da mobilidade pelos atores. Circular é fazer-se reconhecer em diferentes situações sociais. Ao mesmo tempo, a circularidade que é típica a tal conduta pública implica intercruzamentos entre os atores e suas “múltiplas” faces, como o representado pelas relações *multiplex* analisadas por Gluckman (1987).

A chegada aos espaços é caracterizada pela centralização dos elementos de exposição pública. Ela ritualiza a demarcação das individualidades, o cultivo e preservação das personalidades; se caracteriza, portanto, como um processo relacional de ordenamento dos posicionamentos. A sociabilidade noturna, mesmo que restrita a determinado grupo de pessoas, simboliza esse momento áureo, sintomático, mas não menos relevante do que toda a circulação cotidiana pelos espaços da cidade.

Retomemos as dimensões populacionais da localidade e a sua baixa variabilidade e estendamos as dimensões do circuito de lazer para os circuitos profissionais, escolas e igrejas. Estes atores se esbarram em diferentes momentos da vida ordinária, partilhando suas histórias pessoais como parte de uma memória coletiva e que infere novamente sobre as hierarquias de notoriedade individuais.

Deste modo, “distintos modos e princípios de conectar-se socialmente, envolvendo as mesmas pessoas em distintas situações sociais e de acordo com diferentes critérios de classificação e localização social” são colocados em movimento, assim como o observado por Comerford (2003, p. 18). Bem como o identificado pelo autor em uma comunidade rural da Zona da Mata, pode se observar aqui a execução dessas “operações de mapeamento” e os modos como envolvem práticas permanentes de produção de referências que fundamentam repertórios de conhecimento mútuo. Por outro lado, o grau de controle social apresentado por seus interlocutores se diferencia daquele observável nesse contexto, as práticas de exposição pública sugerindo que os ajustamentos apresentados entre cadeias de reputação e seus membros exigem desses últimos o engajamento individual nesses projetos de notoriedade. Os acontecimentos cotidianos não são sempre acontecimentos no plano das famílias, como o observado pelo autor, por mais que possam incidir sobre a reputação destas.

Observa-se a proeminência de uma cultura subjetiva, na qual a capacidade de discriminar (inclusive a si mesmo perante os demais) incide sobre a mobilidade dos atores, não apenas no contexto urbano, mas entre suas diferentes ordens morais. Assim estas se interpenetram, finalmente, comprometendo o potencial de indexicalidade das relações face a face²⁴. A diferenciação entre situações sociais, ou a sua redefinição, é limitada pelo caráter personalista com que se estabelecem no espaço público, bem como sobre a forma como esse modo de conduta incide sobre o estabelecimento de relações face a face de uma forma geral.

Dar uma voltinha é tomar parte das situações sociais estabelecidas no contexto público. É uma forma de inserção e de construção de uma reputação. A questão é que para que um ator ou uma cadeia de reputação possam vir a contar em dado contexto, importa que sejam reconhecidos. A exposição é a forma primordial do fazer-se conhecer e, portanto, tornar-se um outro significativo no contexto público de sociabilidade, o que a princípio não difere tal contexto de qualquer outro. O que chama atenção nesse modo

de conduta pública é que o reconhecimento mútuo é parte do cotidiano coletivo e não um privilégio restrito a alguns. A centralidade da exposição pública para esses modos de operar no mundo sugere que as posições ocupadas nesse mundo não estão asseguradas, experimentando reordenamentos contínuos.

A atitude blasé aqui se traduz em um posicionamento antipático, no imaginário social local. O peso de tal rotulação é diretamente proporcional a uma equação entre ao grau de interesse despertado nos demais e o potencial de exercício de uma capacidade de resguardar-se dos estímulos cognitivos propiciados pelo contexto. Tal quadro exige um exercício da *indiferença civil* capaz de, minimamente, equilibrar o desconhecimento, ou mesmo a falta de familiaridade, e a absoluta desconsideração. O que torna ainda mais complexa tal competência é justamente o caráter impreciso com que tais limites podem ser estabelecidos.

Gabriel Tarde (1992) apreende o público como uma coletividade puramente espiritual, disseminada, de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é mental. O formador de opinião, dessa forma, revela um conteúdo que lhe é preexistente e que pode ser disseminado por imitação. A opinião pública, portanto, constrói-se a partir de um processo de sugestão, na modernidade caracterizada por uma forma de imposição persuasiva, em contraposição à imposição autoritária típica à constituição das massas. Em se tratando de uma opinião pública sobre os outros, todos, nesse contexto, estão igualmente envolvidos como formadores de opinião em potencial.

Os atores aqui observados podem constituir um grupo de *famosos todos nós* porque relevantes, sempre e necessariamente, sequer para um público restrito, o que chama novamente atenção para o fato de que os aspectos aqui observados podem ser pensados para além desse contexto de observação: personalidade e impessoalidade dizendo respeito a gradações de notoriedade, sejam elas mais ou menos restritas em termos de público ou sua abrangência.

Simmel (2009) chama atenção para um sistema de concepções compartilhadas como elemento de confiança mútua entre sujeitos. Mais do que saber tudo sobre o outro, ou informar tudo sobre si mesmo, o conhecimento compartilhado é dotado de certo grau de ocultação recíproca. A questão é que aqui esse sistema de concepções extrapola as relações face a face, caracterizando-se como um objeto de interesse e de conhecimento comum.

O questionamento *de qual família você é?*²⁵ é um esforço de enquadramento, uma tentativa de adequação do outro (cujo caráter anônimo é anunciado pela própria interpelação) a uma lógica de sociação específica. A proposição da pergunta é demonstrativa do modo como a condição de anonimato dá lugar a uma forma compartilhada de notoriedade, caracterizada por cadeias de reputação que se estendem entre conhecidos e afiliados. Tais referenciais são capazes de se antecipar ao estabelecimento de relações face a face a partir do acúmulo de certa dose de conhecimento mútuo prévio: o próprio conteúdo das cadeias de reputação.

O questionamento exemplifica a forma como se constituem as cadeias de reputação, o grupo incidindo sobre o sujeito sempre que o mesmo não se faça reconhecer por si. Por meio dessa espécie de genealogia da inserção em dada situação se fundamentam os posicionamentos assumidos durante o estabelecimento das relações. Dado que o conhecimento mútuo é a razão de ser de tal empreendimento de enquadramento moral, a filiação a uma cadeia de reputação dotada de grande notoriedade, mesmo que de uma “má reputação”, se sobressai na hierarquia de valores a qualquer outro referencial de classificação.

A notoriedade reflete o grau de conhecimento mútuo atingido por determinada família, ou grupo de pertencimento, como cadeia de reputação. Ser mais conhecido, portanto, torna determinado grupo mais efetivo do que outros como referencial categórico aos seus membros. Esse referencial trata-se de uma fachada propriamente dita, um elemento primário de apresentação do eu²⁶.

Por outro lado, assim como tornar-se uma “cadeia de reputação que conta” diz tanto respeito à sua importância histórica reconhecida no local como ao grau de notoriedade capaz de manter, se na comunidade rural analisada por Comerford (2006, p. 61) “a ênfase na situação em foco deve recair antes de mais nada da reputação de famílias e não de indivíduos”, no contexto de observação aqui analisado, os indivíduos colocam em movimento a reputação das suas cadeias de reputação. A diversidade e a complexidade do contexto tornam mais intrincado o sistema de reconhecimento mútuo, mas nem por isso anônimos os atores entre si. Ao contrário, o reconhecimento individual, simbolizado pelo tratamento pelo primeiro nome, é o nível máximo de reconhecimento da individualidade da existência, capaz de conferir aos atores individuais a base referencial da própria cadeia de reputação da qual faz parte.

Situacionalmente, os diferentes membros de uma cadeia de reputação podem ocupar a posição de referência para o enquadramento dos demais, como quando o nome de um ator é acionado em relação a outros: *aquele é Fulano, (grau de parentesco/afiliação) de Sicrano (sobrenome)*. Se em Comerford (2006) essa posição é ocupada pelos chefes das famílias, no contexto observado, pode ser assumida por diferentes membros da cadeia segundo os diferentes públicos que compõem.

A ocultação recíproca assume outra dimensão, referindo-se àquilo que se mantém fora da vista alheia, como potência não realizada. Tudo o que se faz ou se diz está acessível a alguém em determinada dimensão da vida ordinária podendo, finalmente, tornar-se público. Se isso irá ou não ocorrer, depende mais da importância dada pela relação entre o ato empreendido por determinado sujeito individual e a sua reputação pública do que ao ato propriamente dito. Bem como do público a que nos referimos.

Desse ponto de vista, o grau de notoriedade, ou fama, alcançado por esses diferentes atores também se refere às gradações de publicidade que assumem suas ações, bem como à notoriedade do próprio público que a efetiva: aqui se evidencia o potencial de “fama” acessível a todos, bem como o caráter relacional com que tal abrangência pode ser identificada, segundo o parâmetro assumido. Afirmar que tal contexto pode ser caracterizado pela proeminência de uma cultura subjetiva é demonstrar como a personalidade, entendida como um engajamento cuja dinâmica depende fortemente de indícios pessoais ou locais (THÉVENOT, 2006), incide sobre uma cultura pública. Mais do que propiciar desdobramentos analíticos sobre o pequeno-urbano, tais inferências podem contribuir para o entendimento das formas pessoalizadas de interação pública passíveis de serem identificadas em qualquer contexto, desde que consideradas suas limitações em termos de abrangência e influência. A potência de notoriedade que diferencia tal contexto de observação corresponde aos impactos capazes de assumir para além da situação, sobre os atores e suas cadeias de reputação.

A notoriedade individual é um elemento fundamental a ser considerado, bem como as possíveis incoerências entre o ato localizado e a imagem pública sustentada. O fofoqueiro ou o *velhaco*²⁷ que correspondem, na prática, a tais categorizações, são objeto de atenção menos central, nas redes de fofoca, do que o *bom moço* que comete adultério, ou a *boa menina* passível de ser acusada de uma gravidez indesejada devido ao ganho repentino de peso. Os formadores de opinião aqui não se diferenciam por sua capacidade de sugestão, simplesmente por monopolizarem um tipo de status, por mais que possa haver espécies de fofoqueiros profissionais. Essas são as pessoas mais comprometidas com a coleta e a distribuição das informações, demonstrando uma alta capacidade em disseminar notícias na comunidade. Ao mesmo tempo, a recepção das informações é mediada pela reputação do seu disseminador, que também é objeto da atenção pública. O fofoqueiro é notável pela forma como se insere neste contexto, o que não significa dizer que a sua notoriedade lhe garanta uma boa reputação.

Elemento inerente ao fenômeno de exposição pública (do qual é, ao mesmo tempo, um fim e o meio), a manutenção de tal banco de dados é possível apenas a partir da sua efetivação como um referencial comum e altamente valorizado. Esse processo de atualização permanente é possível em tais níveis devido a um intercruzamento entre as diferentes situações de copresença da vida ordinária e em uma forma de construção da intimidade passível de ser compartilhada publicamente. Manter-se no ostracismo, deliberadamente ou devido a um posicionamento diferenciado, é uma ação apreendida, portanto, como uma negação a conhecer (movimento paralelo ao ato de tornar-se conhecido). É negar-se ao estabelecimento de uma confiança mútua com os demais.

Por desconfiança ou por curiosidade, os antipáticos são tema recorrente de comentários, suposições ou mesmo investigação. Eles tornam-se alguém a partir do pouco que permitem que se saiba ou não. O seu posicionamento contradiz os modos de conduta pública vigentes, mas nem por isso os exclui, é o *desvio* que contribui para a efetivação da regra (BECKER, 2008).

Os graus de notoriedade são relativos, bem como os de anonimato. Por outro lado, ela implica limitações objetivas equivalentes ao seu caráter de subjetivação. Ela é um limitador da mobilidade dos sujeitos entre diferentes meios sociais, porque envolve a manutenção de uma fachada que extravasa as situações de copresença, equacionando-as. Ser reconhecido, seja como o filho de alguém ou por si só, é uma forma de preservação da individualidade da existência que provoca um cerceamento da autonomia equivalente à sua abrangência.

Ritualização das chegadas, o ar desinteressado de quem não procura por nada é o modo de conduta pública por meio do qual são operadas as aproximações, os encontros devendo transcorrer com a suposta naturalidade da autossuficiência: quando possivelmente marcados, tomam o ar de coincidência, mas livre de surpresas. O *você por aqui?* não faz sentido quando aqui é exatamente o único lugar em que se poderia estar (senão de fato, segundo os percursos de circulação assumidos pelos diferentes tipos de grupos, especificamente). Quem não está não existe, insistir em chamar é interpelar à vida. Os encontros são emocionalmente discretos, senão quase frios. A partir dessa sequência da situação, a presença já foi declarada, os reconhecimentos devidamente finalizados. Por enquanto. Não é necessário cumprimentar ninguém, por mais que todos se conheçam e *não tenham dormido juntos*²⁸. Então todos fingem que não se viram enquanto se espreitam mutuamente, em um claro exercício de *desatenção civil*²⁹.

Todos os fluxos apontam para a superficialidade do desinteresse aparente, para uma encenação da desatenção como procedimento basilar ao mútuo reconhecimento. A reserva aqui não se sustenta na incapacidade de discriminar, como se pode perceber, mas em um procedimento objetivo de discriminação subjetiva. A ausência de cumprimentos generalizados, mesmo em situações de reconhecimento generalizáveis entre atores em copresença (apesar de variantes em profundidade), evidencia a formalidade da aproximação e, finalmente, a objetividade dos conteúdos. Trata-se de uma estratégia de autoproteção equivalente à profusão de estímulos oferecidos pela metrópole simmeliana, um modo blasé readequado e que protege da intensidade do seu apelo subjetivo.

Nesse sentido, observa-se que o exercício de diferentes faces de si mesmo, supostamente propiciado pela própria constituição dos lugares públicos (GOFFMAN, 2010), é restrito devido a uma construção de si unidimensional e que demanda por uma coerência contínua nas diferentes situações sociais que se possa compor. Nada impede que se faça o que se deseja, mas toda ação é potencialmente objeto de atenção, inferindo sobre a opinião pública construída socialmente sobre os diferentes atores.

A própria copresença, por outro lado, transmuta-se em um jogo relacional no qual as identidades individuais remetem aos pertencimentos sociais em um jogo complementar e bidimensional. Aquilo que o notório *filho de alguém* faz incide sobre a notoriedade do próprio pai, maculando a reputação pública de toda a linhagem. É possível se estar lá por meio dos laços de amizade, compadrio ou parentesco estabelecidos com alguns dos presentes, em uma relação de copresença espiritual cujas consequências assumem uma dimensão propriamente material. Tudo o que alguém faz em público pode referir-se a outro alguém cuja presença ele simboliza dado o caráter *multiplex*³⁰ com que tais relações se constituem, a inserção em uma situação específica acionando um conjunto de diferentes papéis que, agregados, incidem sobre o papel exercido em tal contexto.

As diferentes voltinhas que a voltinha pode agregar potencializam seus efeitos. Entrar e sair dos espaços de lazer é ritualizar posicionamentos sociais, cada etapa do percurso sendo simbolizada por uma nova chegada, reencenando o ato triunfal. Várias exhibições podem ser apresentadas em uma única ocasião social, garantindo ao público que chegou atrasado a emoção de assistir a entrada dos atores em cena sempre, de novo e mais uma vez. Entre um espetáculo e outro, uma voltinha por aí. O afastamento e reaproximação conferem destaque para aquilo que se faz quando não se está sendo visto, tornando cada saída de cena a cena principal. Quem decide permanecer parado se movimenta por meio dos demais. Quem foi, quem voltou, quem falou, a quem beijou... A circulação no espaço de sociabilidade é a ação que lhe dota de sentido e apenas um fragmento do percurso mais amplo que justifica as saídas e retornos: a própria voltinha.

As idas e retornos aos estabelecimentos de lazer, as voltinhas durante a noitada, bem como a voltinha que categoriza a própria noitada em muitos casos, são reencenações da inserção dos atores em determinada cena, da delimitação de suas fachadas, ritualizações em certos casos insistentemente repetidas, como em uma tentativa desesperada de se fazer conhecer (ou reconhecer).

Desde a troca de olhares anterior à descida do carro (seja para aquele que vem ou para aquele que lá já está) até o aparente desinteresse entre atores em copresença e, sobretudo, passando pela centralidade das saídas seguidas pela reencenação das chegadas, essas sequências de situações compõem formas de exibição pública. A desatenção aparente, mais do que um modo impessoal de operar em dada situação, assenta-se em um modo de reserva como procedimento de atenção mútua. Esses exemplos refletem um contexto de alta valorização das personalidades individuais, mesmo que estas se construam para além de si mesmas. O que importa é a dinâmica à qual a sua construção se refere, sobretudo para a definição das situações face a face.

Por fim, as reputações são construídas em relação, seja entre as linhagens ou as redes, seja entre os sujeitos em suas performances públicas. Essas, por outro lado, sustentam-se segundo uma lógica na qual a qualificação de determinada personalidade assume menor importância do que o seu potencial de notoriedade. Antes um famoso barraqueiro a um neutro Zé Ninguém. O Zé Ninguém é o protótipo do homem ordinário, portanto, não apenas no que se refere a sua ordinariiedade individual como quanto à ordinariiedade da sua existência social. Ele não é simplesmente mais um, mas aquele que não faz diferença. E, aonde todos nós somos famosos em potencial, não há lugar para anônimos.

Essas performances remetem a adesões, a redes de relações ou sociabilidade específicas dotadas também de códigos específicos. E assim se diferenciam os posicionamentos. O contexto é reapropriado por esses diferentes grupos, ajuntamentos estes cujas fronteiras são fluidas por definição.

Considerações finais: o triunfo da praça e a imposição de um modo de exposição pública

A pressão popular que influenciou as alterações do projeto inicial de intervenção na praça e a suspensão das obras que implicariam no fechamento da segunda rua, em um primeiro momento, incentivou finalmente a reabertura da via que fora transformada em calçadão, em junho de 2014. Segundo o então prefeito da cidade, o fato de “que muita gente ficou prejudicada com esta obra, seja o morador, e até mesmo os comerciantes, incitou o fim a uma obra que gerou muita discórdia da população” (FOLHA DE ITALVA, 09/06/2016).

A construção de calçadões comerciais vem sendo apontada como uma tendência mundial, medida que visa minimizar os efeitos da deteriorização do ambiente urbano, dada a ampliação da densidade demográfica e a intensificação do tráfego. Nesse sentido, é percebida por gestores e analistas como uma alternativa que visa privilegiar os pedestres e o transporte coletivo sobre o veículo particular, prevendo a revitalização do espaço público (LIMA, 2007).

Porém, enquanto algumas dessas políticas causaram grande impacto na estrutura urbana, Silva e Santos Jr. (2016) destacam que outras não passaram de arremedos superficiais de modernização. Considerando que muitas das requalificações feitas nas cidades brasileiras ocorreram sem a participação popular, essa impessoalidade faz muitas vezes com que os habitantes não reconheçam os espaços revitalizados como patrimônio e assim não o utilizem: “Dar um novo uso e punir ou restringir o acesso não faz da requalificação um projeto de sucesso” (SILVA e SANTOS JR., 2016, p. 11).

Lima (2007, p. 55) diz que “[s]e a ocorrência de identificação dos moradores e/ou usuários com o desenho do espaço facilita no processo de apropriação, responsabilidade e sensação de pertencimento do mesmo”, e a reversão de tais medidas nesse contexto, e a centralidade do apelo popular que a incentivou, chama atenção para o papel vital da praça e das vias de circulação que lhe dão acesso para os modos de conduta pública aqui analisados. Esses comportamentos aqui se impuseram como a própria razão de ser desses espaços, bem como se mostraram centrais aos processos e identificação dos moradores da cidade com seus equipamentos públicos.

A queda de vendas nos estabelecimentos localizados no entorno da praça, objeto de debate entre a população durante o período subsequente à construção do calçadão, não fora reportada nos jornais, mas levou à transferência do bar-pizzaria mais antigo da praça para outro ponto da cidade, bem como a reclamação dos demais comerciantes investidores na área. Do mesmo modo, a intensa circulação de veículos e pessoas pelo local, não justificável diante da malha urbana da cidade e das vias alternativas disponíveis, assim como fora tratado anteriormente, diz respeito aos usos e significados que a praça assume entre seus frequentadores, e não às consequências supostamente nefastas do processo de urbanização da cidade.

Desde a reabertura da rua lateral da praça, observa-se uma nova reorganização da dinâmica de circulação no local. O Bar SS já não é novidade, mas mantém um público fiel e, graças ao funcionamento quase ininterrupto, ainda atrai os fluxos de frequentadores de *fim de festa*. Mais do que um retorno às configurações do percurso da voltinha para a fase anterior às obras, já se pode prever a sua expansão definitiva, tendo agora efetivados dois pontos referenciais: o novo bar e a antiga praça. É o progresso da sociabilidade urbana aperibense sendo efetivado!

Nos termos de Simmel, o contexto metropolitano ao mesmo tempo em que é caracterizado pela proeminência de uma cultura objetiva (a atitude blasé – ou a incapacidade de discriminar – sendo desenvolvida como uma forma de proteção do ser diante de uma profusão de estímulos cognitivos) propicia uma maior liberdade de direcionamento, uma maior mobilidade por diferentes mundos sociais, já nos termos de Robert Park (1979, 1999).

As diferentes ilhas de desenvolvimento pessoal, traduzidas em regiões morais por Park, são os contextos privilegiados ao estabelecimento de formas subjetivadas de pertencimento, sendo marcadas por uma moralidade autorreferida. É no compartilhar de uma forma de relacionar-se específica, bem como a partir da circulação entre diferentes ordens morais, que é possível ao cidadão desenvolver-se subjetivamente.

Deparamo-nos aqui com uma situação na qual o espaço público é também o espaço de diferenciação, aquele que permite ao filho de *alguém* construir a sua identidade individual. Esta, por outro lado, está socialmente situada pelas relações de parentesco, ou de familiaridade, das quais faz parte, sendo capaz de se estender da base ao topo nas mesmas proporções em que se estende do topo as bases. As redes de parentesco ou compadrio indicam os laços estabelecidos entre os sujeitos e que se efetivam como relações estáveis que conectam pessoas simbólicas³¹. Diante da centralidade assumida por um sistema de opinião pública entre conterrâneos, essas informações se deslocam dos pertencimentos dos atores, ou suas cadeias de reputação, na construção de sua imagem, bem como são alimentadas por suas ações, inferindo sobre possíveis mudanças da própria base da cadeia.

A complexidade que envolve a construção de modos de vida urbanos não se estabelece simplesmente a partir de oposições entre contextos, mas na contraposição entre arranjos complementares em termos analíticos e passíveis de coexistência. O contexto, nesse sentido, interessa analiticamente como configuração ecológica: “uma ordem moral em que a posição do indivíduo, bem como sua concepção de si próprio – que é o âmago de sua personalidade – é determinada pelas atitudes de outros indivíduos e pelos padrões que o grupo mantém” (PARK, 1948, p. 140).

Os cidadãos não compartilham de uma mobilidade plena mesmo no mais íntimo dos contextos, a sua capacidade de deslocamento entre diferentes ordens morais é apenas relativa (MACHADO DA SILVA e VELHO, 1977). Ao mesmo tempo, é a irrelevância da sua existência, ou o exercício do anonimato, que infere sobre o seu potencial de circulação, como uma condição que liberta ao desvalorizar.

A circulação pode se transformar em uma condição de notoriedade e de supervalorização das personalidades individuais, mas que é equivalentemente limitadora das possibilidades de experimentação. A proeminência da subjetividade como norma de conduta no espaço público pode assumir um caráter objetivo diante de uma imagem unidimensional das personalidades individuais: singulariza moralmente os atores, tornando-os caricaturas de si mesmos. Chegamos ao bom e velho empreendimento de manutenção das aparências, enfático e mesmo enfadonho, sobretudo quando as fachadas se conjugam na construção de uma imagem de si na qual os movimentos de ocultação recíproca têm poucas chances de se efetivarem.

Objetivo demonstrar, a partir de um caso entre os possíveis, a complexa relação com que as diferentes instâncias sociais se conjugam na definição das situações de copresença, variando segundo aproximações e *modi operandi*. Entre um “modo de vida urbano” que parte da metrópole como locus analítico e os diferentes modos de vida passíveis de serem estabelecidos em diferentes contextos urbanos (por que não?), ou mesmo no interior das grandes cidades, o que está em questão é o estabelecimento de formas sociais.

A noção de espaço público também é aqui aplicada em relação aos espaços de fluxos e de encontros, de estabelecimento de relações de copresença e que são abertos e acessíveis por definição, mesmo que a sua acessibilidade possa ser objeto de contestação, sobretudo no que se refere aos seus usos e significados. Park (1999) o caracteriza como um local de desenvolvimento de uma instrumentalidade prática que, ao mesmo tempo, contribui para uma maior liberdade individual, ainda pressupondo o anonimato. Este é um espaço de saberes (concorrentes ou compartilhados) e de exercício de competências, como afirma Isaac Joseph (1990).

Por outro lado, se Goffman refere-se ao espaço público como às “diversidades de situações rotineiras e quotidianas nas quais se constituem interações regidas pelas regras da visibilidade mútua” (FREIRE, 2005, p. 44), por mais que o desconhecimento mútuo dos atores em copresença garanta o exercício do anonimato, não define tal contexto.

O modo de conduta pública aqui analisado se sustenta diferentemente em uma prática de mútuo reconhecimento, na qual a discriminação dos demais atores em copresença é uma forma de valorização das suas identidades individuais e de reconhecimento das posições que ocupam. A desatenção civil exercitada se mantém como prática de civilidade, reserva e autoproteção, mas em uma forma de *circulação ampliada*³² marcada pela profundidade dos fluxos, e não por sua intensidade. Garante mobilidade, mas sem que essa se converta em maior liberdade.

A circulação é uma forma de situar-se socialmente nessas situações de copresença, mas, ao mesmo tempo, coloca-os em perigo diante da necessidade de manutenção de uma fachada que tende a extravasar os contextos de interação face a face. Entre esses *famosos todos nós*, ganhar o mundo é também perder o direito a *toda a liberdade do mundo!*

Notas

¹ Um primeiro esboço das ideias aqui desenvolvidas foi apresentado oralmente no GT Moralidades em Cidades da Periferia da X Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2013, ocorrida em Córdoba, Argentina. Agradeço aos colegas coordenadores desse grupo de trabalho, aos parceiros do Grupo de Pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias (CEP) da Universidade Vila Velha (UVV, Brasil), bem como aos demais membros do GT e aos pareceristas anônimos pelas preciosas sugestões, enriquecedoras à análise que aqui se apresenta.

² Aqui referenciado como Simmel (1979), no Brasil também conhecido na versão “As grandes cidades e a vida do espírito”, traduzido por Leopoldo Waizbort e publicado em 2005 pela revista *Mana: Estudos de Antropologia Social*.

³ Aqui já em uma proposta de inter-relação com o conceito desenvolvido por Goffman (2012).

⁴ Ver Machado da Silva e Velho (1977).

⁵ Nos termos de Fresca (2010), ou centros regionais, nos termos de Santos (2004). São localidades que assumem certa centralidade na distribuição de bens e oferta de serviços, apresentando maior grau de especialização.

⁶ Refiro-me às cidades de Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes e Itaperuna, que exercem centralidade em termos de oferta de serviços de diferentes tipos. Esses três municípios apresentam um nível maior de complexidade funcional, oferecendo, atraindo, ofertando e formando mão-de-obra especializada para os municípios do seu entorno.

⁷ Definidas por Santos (2004, p. 284) como aglomerações em nível mais fundamental “capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população”.

⁸ Essas considerações têm como base as pistas coletadas quanto à oferta de serviços, pela cidade de Aperibé, aos habitantes dos distritos de Funil e Frecheiras, divisões administrativas da cidade de Cambuci. Situados a 23 km da sede do município ao qual pertencem, se tomado o caminho em estrada de terra, estão a apenas dois quilômetros e meio de distância do centro da cidade de Aperibé, importante centro de oferta de serviços hospitalares, comerciais e educacionais aos seus moradores, segundo dados de observação.

⁹ Também com base em Santos (2004).

¹⁰ Seguindo os referenciais classificatórios propostos por Fresca (2010).

¹¹ Deve-se levar em consideração na análise de tais dados o fato do único hospital da cidade atender apenas casos de baixa complexidade, não possuindo um setor neonatal, bem como a centralidade de maternidades localizadas em cidades vizinhas como referências regionais para a realização de procedimentos obstétricos. Consideradas tais circunstâncias, é necessário ter em mente que esses dados sobre a composição populacional da localidade, pautados nos registros do local de nascimento, se tornam imprecisos, permitindo-nos supor que parte desses habitantes não nascidos no local seja na prática nativa à localidade. Essa suposição se fundamenta em dados de observação.

¹² O estabelecimento mais antigo fora passado de pai para a filha, que o herdou, após a sua morte, e o expandiu progressivamente.

¹³ Este conceito permite apreender a concretização das ações por meio da definição da situação pelos atores em relação e dos efeitos passíveis a dada forma de direcionar-se. Os regimes de efetivação, desta forma, baseiam-se em diferentes referências de bem que determinam o tipo de problemática estabelecida no questionamento sobre a efetividade das ações em dado contexto. Mais do que um pressuposto de generalidade, dada em referência a um “bem comum” (um bem superior), ou um “bem de si” aut centrado, visa-se o estabelecimento de uma noção de bem autorreferida a dado contexto de ação recíproca e que busca em seus efeitos efetivar-se situacionalmente, mesmo que em torno de um “bem de todos” (WERNECK, 2012).

¹⁴ Destaca-se que esses não se distinguem necessariamente entre grupos etários, a prática sendo assumida por diferentes pessoas de diferentes idades, condições socioeconômicas ou estado civil, o que pode ocorrer ainda no interior de determinado grupo – como o de frequentadores de bares, festas e própria da praça.

¹⁵ Os conceitos percurso e circuito são aqui aplicados segundo Magnani (1996).

¹⁶ Casa de shows e eventos populares criada em meados da década de 60 e desativada por volta dos anos 2000. Entre o seu funcionamento e depreciação, o local fora palco de festivais de música, festas particulares, eventos escolares e shows com artistas de fama nacional e que mobilizavam um público de diferentes cidades da região. De algum modo, a nova boate, fundada mais recentemente em um ponto ainda mais próximo à praça, exerce uma funcionalidade semelhante àquela exercida pelo clube, quanto à promoção de eventos.

¹⁷ A localização da praça com relação às principais igrejas e mesmo escolas da cidade é elucidativa quanto à amplitude da referência desse espaço para diferentes seguimentos sociais. A sede das igrejas batista e católica da cidade, ou suas matrizes principais, se localizam em pontos extremos da praça, tornando-a ponto de convergência para ambos os grupos de fiéis em deslocamento para o Centro ou outros pontos da cidade. Os encontros pós-culto ou missa, ocorrendo em estabelecimentos localizados na praça ou não, envolvem para esses grupos de pessoas a passagem por essa área.

¹⁸ A oferta de transporte público dá-se exclusivamente durante o período diurno, por uma única empresa de ônibus intermunicipal, desde 2014, quando as vans que ofereciam o serviço de transporte alternativo entre as cidades de Santo Antônio de Pádua e Itaocara saíram de circulação.

¹⁹ O termo fachada refere-se ao equipamento expressivo utilizado pelos atores em relação ao reivindicar uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados, pode ser definida como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um encontro particular” (GOFFMAN, 2011, p. 13).

²⁰ A permanência desse estabelecimento comercial no novo local se manteve até meados de 2013, quando retornou à sua sede e foi reformulado, passando a funcionar como restaurante no horário do almoço, agora período de maior movimento.

²¹ A rua que se manteve aberta fica abaixo do nível em que se situa a praça, oferecendo uma visibilidade apenas parcial daquele que passa àquele que se mantém parado e vice-versa, apresentando um desnível de aproximadamente um metro entre um plano e outro. Não coincidentemente, a pizzaria situada neste local firmou-se como o ponto de aglomeração das pessoas presentes nesta área, situando-as em uma altura compatível com aquela da rua e, portanto, mais expostas com relação aos transeuntes motorizados.

²² Refiro-me a imagem socialmente construída por determinado ator em dado contexto, nesse caso assumindo uma dimensão pública como parte de um repertório de informações compartilhado como parte de uma opinião pública, analisada adiante.

²³ O termo situação social se refere “ao ambiente espacial completo que transforma uma pessoa que nele penetre em um membro do ajuntamento que está (ou que então se torna) presente” (Goffman, 2011, p. 138). As situações têm início, portanto, quando o monitoramento mútuo ocorre e se concluem quando a penúltima pessoa parte.

²⁴ Harold Garfinkel (2007) parte de uma diferenciação entre as relações indexicais, situadas em dado contexto inter-relacional, e as expressões objetivas, que se referem a um referencial de conduta que independe do contexto, bem como problematiza a possibilidade de se diferenciar uma e outra no contexto analisado. As expressões indexicais e as ações indexicais têm por propriedade serem ordenadas, destaca o autor, como processo e realização. A racionalidade produzida nas expressões indexicais revela as tarefas práticas que são sujeitas a todas as exigências de uma conduta organizacionalmente situada.

²⁵ A expressão e seus usos é objeto de análise comparativa em “De qual família você é? Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação”, escrito em coautoria com Renan Lubanco Assis e que será publicado no livro *Moralidades em cidades da periferia*, organizado por Luiz Antonio Machado da Silva, Jussara Freire, Gabriel Noel e Nathalia Bermudez.

²⁶ Em referência à Goffman (1975).

27 Adjetivo referente àquele que propositadamente engana, ludibria, é aqui apresentado como categoria nativa de sentido similar, mas mais comumente aplicada àquele que não honra com suas dívidas.

²⁸ Expressão de uso comum em contexto nativo e de caráter acusatório. Reflete expectativas não correspondidas quanto à proximidade suposta pelo acusador como ao acusado e a frustração do primeiro quanto aos termos com que transcorrem os cumprimentos mútuos em dada situação. A expressão em si está impregnada de um potencial contestatório e que apela para os laços intersubjetivos como base para a sua efetivação. Trata-se de uma cobrança por reconhecimento, nesse caso, em caráter individual, e por sua demonstração pública – dado que comumente é expressa de modo indireto, a terceiros. Mais do que exigir reparação quanto ao ato de ofensa, tem como objetivo expressar o sentimento de ofensa e revertê-lo em favor da vítima, em detrimento de seu acusado. Nas situações acima descritas, curiosamente, seu uso é suspenso, exceto com relação a atores cuja reputação é especialmente valorizada, o que destaca a relevância das demonstrações públicas de associação nesses contextos como ferramentas de potencialização das próprias reputações.

²⁹ Segundo os termos de Goffman (2010).

³⁰ Ver Gluckman (1987).

³¹ Dado que a sua “pessoalidade” é também uma construção social.

³² Em referência a Simmel (1979) quanto aos elementos objetivos que constituem o contexto cognitivo metropolitano.

Referências

- BECKER, Howard. (2008), *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COMERFORD, John Cunha. (2003), *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- FREIRE, Jussara. (2005), *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese (doutorado), Iuperj.
- FRESCA, Tânia Maria. (2010), “Centros locais e pequenas cidades: Diferenças necessárias”. *Mercator*, número especial, dez, pp. 75-81.
- FOLHA DE ITALVA. (09/06/2016), “Prefeitura de Aperibé reabre rua que gerou discórdia na população”. *Região*. Disponível (on-line) em: <http://www.folhadeitalva.com.br/2014/06/prefeitura-de-aperibe-reabre-rua-que.html>
- GOFFMAN, Erving. (2012), *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, Vozes
- _____. (2011), *Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2010), *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1975), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GARFINKEL, Harold. (2007), *Recherches en ethnométhodologie*. Paris, PUF.
- GLUCKMAN, Max (1987), *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. Em: BIANCO, Bela Feldman (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global.
- IBGE. (2010a), *IBGE Cidades*. Disponível (on-line) em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>
- _____. (2010b), *Aperibé – Infográficos: Despesas e receitas orçamentárias e PIB*. Disponível (on-line) em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=330015&search=rio-de-janeiro%7Caperibe%7Cinfograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>
- _____. (2010c), *Censo 2010*. Disponível (on-line) <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>
- JOSEPH, Issac. (1990), « Voir, exposer, observer ». Em : *Actes du colloque : L’espace du public, les compétences du citoyen*. Paris, Plan Urbain, Recherches.
- LIMA, Verônica Maria Fernandes de. (2007), “O Calçadão dos mascates: Uma análise da proposta de desenho urbano”. *Humanae*, Vol. 1, n° 1, pp.54-70.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio [e] VELHO, Gilberto. (1977), “Organização social do meio urbano”. Em: OLIVEIRA, Roberto Cardoso (dir). *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MAGNANI, José Guilherme. (1996), “Quando o campo é a cidade”. Em: MAGNANI, José Guilherme [e] TORRES, Lillian de Lucca (orgs). *Na metrópole: Textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp.
- PARK, Robert. (1999), *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona, Ediciones del Serbal.

- _____. (1979) “A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. Em: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1948) “A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral”. Em: PIERSON, Donald (org). Estudos de Ecologia Humana. Tomo I: Leituras de sociologia e antropologia social. São Paulo, Martins.
- PÉTONNET, Colette. (2009), “Observação flutuante: O exemplo de um cemitério parisiense”. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n° 25, 2° sem, pp. 99-111.
- SANTOS, Milton. (2004), O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo, Edusp.
- SILVA, Evelin da [e] SANTOS JR, Wilson dos. (2007), “Reflexões sobre as transformações do espaço público no centro de Americana: O calçadão comercial”. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Disponível (on-line) em: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3398>
- SIMMEL, George. (1979), “A metrópole e a vida mental”. Em: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2009). “A sociologia do segredo e das sociedades secretas”. (Tradução de Simone Maldonado). Revista de Ciências Humanas (RCH), Vol. 43, n° 1, pp. 219-242.
- TARDE, Gabriel. (1992). A opinião e as massas. São Paulo, Martins Fontes.
- THÉVENOT, Laurent. (2006) L’action au pluriel: Sociologie des régimes d’engagement. Paris, Découverte.
- WERNECK, Alexandre. (2012) A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VELHO, Gilberto. (1987), “Observando o familiar”. Em: Individualismo e cultura: Notas para um a antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar.

MANUELA VIEIRA BLANC (manu_uenf@yahoo.com.br) é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Vila Velha (UVV, Vila Velha, Brasil). Possui doutorado em sociologia política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf, Campos dos Goytacazes, Brasil), mestrado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil) e graduação em ciências sociais pela Uenf.